

Registros da Audiência Pública no Senado

A Agenda da Audiência Pública

A Audiência Pública realizada em 04/11/13 no Plenário 02 transcorreu de 10h:00 às 13h:30 e focalizou o tema “Os Fundos de Pensão e a Dignidade da Pessoa Humana”. Foi promovida pela Comissão de Direitos Humanos do Senado Federal, presidida pela Senadora Ana Rita (PT-ES).

Convidados para a Mesa

Participaram da mesa como convidados os representantes da Associação de Aposentados e Pensionistas do Banco do Brasil - AAPBB, Fundação dos Economistas Federais - FUNCEF, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Federação Nacional das Associações de Aposentados, Anistiados e Pensionistas do Sistema Petrobras e Petros - FENASPE e do Grupo em Defesa dos Participantes de Petros - GDPAPE.

Senadores Participantes

A Audiência Pública foi presidida pelo Senador Paulo Paim (PT-RS) e também contou com a participação do Senador Wellington Dias (PT-PI), atual Líder do PT no Senado, e da Senadora Ana Amélia (PP-RS). Todos fizeram importantes depoimentos e declarações no plenário, interagindo de modo firme e construtivo para a consolidação dos entendimentos e encaminhamentos havidos na Audiência.

O caso AERUS

A Sra. Graziella Baggio, líder do Movimento dos Aposentados do AERUS, fez um contundente depoimento sobre o drama que ainda vivem os aposentados participantes do AERUS e recebeu a solidariedade e apoio de todos os presentes.

A Senadora Ana Amélia (PP-RS) cobrou maior agilidade do Supremo Tribunal Federal quanto a uma decisão sobre o assunto, que tem processo em julgamento suspenso para vistas no STF.

Encontro com a Sen. Ana Amélia

Ainda em 04/11/13, após reunião em seu Gabinete, o GDPAPE voltou a ter um encontro com a Senadora Ana Amélia. Os registros desses eventos estão no site do GDPAPE.

Entendimentos Consolidados

Das exposições e depoimentos havidos na Audiência Pública de 04/11/13, o GDPAPE consolidou um resumo de alguns dos importantes entendimentos nela havidos. São eles:

- Atualmente não há legislação nem regulamentação para execução de “separação de massas” em Plano de Previdência Complementar Fechado, como o Petros PPSP.
- A relação dos participantes com um Plano de Previdência Complementar Fechado não é uma relação de consumo, como a de um VGBL e PGBL.
- Há necessidade de se aprimorar a proteção legal aos participantes dos Fundos de Pensão Fechados.
- A atual regulamentação sobre Retirada de Patrocínio em Plano de Previdência Complementar Fechado pouco protege os participantes e os desencoraja frente à facilidade com a qual uma patrocinadora pode retirar-se do Plano.
- Não cabe a interveniência de Sindicato de Categoria nas relações entre participantes e seu Plano de Previdência Complementar Fechado.
- Há necessidade de se aprimorar a representação dos participantes de Plano de Previdência Complementar Fechado na CGPC do MPS.
- Não se pode permitir a repetição do Caso AERUS, por tudo que ele representou e representa.
- Os Contratos celebrados entre os participantes e os Planos de Previdência Complementar Fechados precisam ser respeitados, pois seu desrespeito é a fonte dos problemas que judicializam essa relação.
- A sensibilidade no Senado Federal e na Câmara dos Deputados ainda é pequena para os assuntos e questões referentes aos Planos de Previdência Complementar Fechados.

Desdobramentos da Auditoria

O Senador Paulo Paim acolheu o entendimento dos participantes sobre a necessidade de se dar prosseguimento e ampliação ao tratamento das questões examinadas na Auditoria de 04/11/13.

Anunciou para tal uma nova Audiência Pública, com os atuais participantes e representantes do AERUS, ANAPAR, PREVI, Ministério Público Federal e da empresa STEA - Serv. Téc. de Estatística e Atuária.

Juntos somos mais fortes e vamos mais longe!

GDPAPE – Grupo em Defesa dos Participantes da Petros